A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO DO FUNDEB SOB O ENFOQUE DA AÇÃO PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CODÓ-MA- BRASIL

Francisco Romário Cunha de Araujo

Universidade Estadual do Maranhão-UEMA-MA-Brasil
romario_araujo855@hotmail.com

Deuzimar Costa Serra

Universidade Estadual do Maranhão-UEMA-MA-Brasil
deuzimarserra@professor.uema.br

Eliara Marli Rosa

Universidade do Oeste Paulista-UNOESTE-SP-Brasil
eliara.marli@hotmail.com

Introdução

Este artigo objetiva analisar como se configura a representatividade e participação da sociedade no conselho do FUNDEB, no município de Codó-MA, com ênfase aos princípios da democracia, autonomia e transparência na aplicação dos recursos públicos da educação.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, tais princípios alcançaram novas dimensões e perspectivas sociais. Como princípio fundamental, a participação popular, é evocada no parágrafo único do art. 1º da Carta Magna que afirma “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos”.

A Emenda Constitucional nº 108, promulgada em agosto de 2020, tornou permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aumentou a participação da União no financiamento da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020). Diante disso, a previsão é a ampliação dos recursos para a educação. Daí surgem as questões norteadoras da pesquisa: como se configura a participação no âmbito do Fundeb no município de Codó-MA? De que forma esse conselho pode atuar como ação pública e no controle social dos recursos do Fundeb no que tange às políticas educacionais?

Por ser um tema atual e relevante, a pesquisa poderá contribuir com o processo da atuação e participação do conselho do FUNDEB em favor da democracia. Tal justificativa comunga com a educação defendida por Paulo Freire e “estimula a presença

organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade” (FREIRE, 2001, p. 49).

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, a partir da qual foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio da análise documental e de legislações, em âmbito nacional e local, cujos sentidos se completam com experiência, vivência, senso comum e ação. E o movimento de pesquisa se baseia em três ações: compreender, interpretar e dialetizar (MINAYO, 2012).

Para tanto, foram aplicados questionários, tendo como sujeitos da pesquisa: quatro (04) conselheiros, membros eleitos do Conselho do FUNDEB do município de Codó-MA-Brasil, cujo dados foram coletados por meio de questionários online no Google Docs, com quatorze (14) perguntas fechadas que permitiram uma análise à luz da implantação, dilemas, dificuldades e desafios.

Utilizou-se da técnica de análise de conteúdo, conforme as fases propostas por Bardin (2010, p. 280): a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

Participação do Conselho do FUNDEB: quais cenários se apresentam?

A participação do Conselho do FUNDEB na gestão pública é um direito afirmado e garantido por lei. Questões apontadas por OLIVEIRA (2001 apud ALCÂNTARA, 2000, p. 1) apresentam o “poder legítimo utilizado pela população para fiscalizar a ação dos governantes, indicar soluções e criar planos e políticas em todas as áreas de interesse social”.

A Constituição de 1988, em seu art. 1º dispõe que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, o que evoca a participação popular. A lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 dispõe sobre as medidas que incentivam a participação popular e o exercício do controle social. Essa Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) traz grandes contribuições, bem como estabelece normas e finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

O artigo 24 da Lei 11.494/2007 que regulamentou o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, prevê “o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos fundos”. Prevê que tais recursos “serão

exercidos, juntos aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.”

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB tem a função de acompanhar a distribuição, transferência e a aplicação dos recursos nas instâncias municipais, estaduais e federais, tratando-se, assim, de um colegiado com ações independentes que interagem com a administração pública.

Cabe a esse conselho, também, supervisionar o censo escolar e instruir com parecer as prestações de contas junto ao Tribunal de Contas, bem como acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual nas devidas instâncias governamentais. É por meio do CACS - FUNDEB que a sociedade civil tem a possibilidade de fazer valer a legislação vigente e a empregabilidade dos recursos de forma condizente a que o fundo se propõe.

A atuação dos conselheiros, de forma assertiva, proporciona, pelo menos teoricamente, transparência e confiabilidade ao processo. Ao utilizarmos o termo teoricamente, ressaltamos que a escolha dos conselheiros deve acontecer de maneira que garanta isonomia nas ações e credibilidade nos agentes.

A ação do Conselho em caso de constatação de irregularidades na aplicação dos recursos do FUNDEB cumpre-se principalmente, no sentido de reunir provas e testemunhas que possam balizar um eventual processo. Em um primeiro momento proceder os pedidos de esclarecimentos e providências dos governantes. Poderá, ainda, acionar outras instâncias do executivo e judiciário, caso julgue necessário.

O princípio da cidadania confere que todo e qualquer cidadão, no gozo de seus direitos, está apto a participar da vida pública. Essa participação representativa da sociedade na gestão pública, na maioria das vezes, é interpelada pela própria sociedade, muitas vezes por falta de instrução e outras, por omissão.

Com a aprovação do Novo FUNDEB existe a perspectiva de mais investimentos para a educação brasileira e com eles outras possibilidades no enfrentamento dos desafios e superações em tempos de pandemias. Para tanto, as instituições escolares e os conselhos municipais desempenham significativo papel social na formação, construção democrática e participativa, nos processos de decisão e efetivação da melhoria da qualidade de ensino com inclusão e emancipação social.

Considerações finais

O estudo possibilitou depreender que, após a aprovação da Constituição brasileira, algumas alterações quanto aos preceitos legais foram de grande importância na área da educação, destaca-se: a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN; o Plano Nacional de Educação - PNE; Lei nº 10.172/2001, nº 9.424/1996 e nº 11.494/2007 que instituíram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Os achados revelam que o conselho do FUNDEB de Codó em exercício visa o direito à educação no acompanhamento das ações do Poder Executivo. A participação é realizada mensalmente e os achados indicam ainda que o Conselho teve uma participação tímida no acompanhamento e controle social dos recursos do FUNDEB por causa de diversos fatores. Contudo, a atuação do Conselho oportunizou a participação dos segmentos representativos da sociedade civil no controle dos gestores públicos como ação pública na consolidação do processo democrático nas decisões deliberativas quanto à aplicação dos recursos na educação. Eis que um outro cenário se apresenta para ampliar a participação dos representantes da sociedade nos conselhos do FUNDEB, exigindo formação continuada na perspectiva de qualificar a participação desse seletivo colegiado.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

MINAYO, M.C.S (2012). **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & saúde coletiva, 17(3), 621-626.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 de janeiro 2021.

_____. Câmara dos deputados. **Promulgada emenda constitucional que torna o Fundeb permanente**. Ago. 2020. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/687564-promulgada-emenda-constitucional-que-torna-o-fundeb-permanente/>. Acesso em 14 janeiro.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Nível populacional de Codó-MA (2010)**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26/01/2020.

_____. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no Art. 60 do ADCT, e dá outras providências. Brasília: 1996.

_____. **Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.394, de 24 de dezembro de 1998, 10.880, de 9 de junho de 2004; e dá outras providências. Brasília: 2007.

CODÓ. **Lei nº 1.491 de julho de 2009**. Dispõe sobre a criação do Conselho do Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, do Município de Codó.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, A. **Controle social: perspectivas para a fiscalização popular da administração pública no Brasil**. In: PRÊMIO SERZEDELLO CORRÊA 2001. Monografias vencedoras - Perspectivas para o controle social e a transparência da administração pública. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2001.